

COMITÊ DAS PRESTADORAS DE PEQUENO PORTE - CPPP
ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 4 de março de 2024.

HORÁRIO: 14h30 às 17h00.

LOCAL: Videoconferência por meio do software Microsoft Teams.

MEMBROS EFETIVOS DO CPPP PRESENTES:

- 1- Artur Coimbra de Oliveira, Conselheiro da Anatel e Presidente do CPPP;
- 2- Nilo Pasquali, Superintendente de Planejamento e Regulamentação da Anatel – SPR e Secretário do CPPP;
- 3- Edmundo Antônio Matarazzo, representante da ABRANET;
- 4- Fabiano André Vergani, representante da INTERNETSUL;
- 5- Rodrigo Schuch Wegmann da Silva, representante da ASSOCIAÇÃO NEO;
- 6- Sergio Mauro da Silva Maia, representante da ABRASAT;
- 7- Tomas Henrique Fuchs, representante da TELCOMP;
- 8- Cristiana Camarate Silveira Martins Leão Quinalia, Superintendente de Relações com Consumidores – SRC;
- 9- Vinicius Oliveira Caram Guimarães, Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação – SOR.

OUTROS PARTICIPANTES:

- 1- David de Oliveira Penha, Ministério das Comunicações;
- 2- Andrea Rebecchi de Abreu Fattori, representante substituta da INTERNETSUL;
- 3- Mauro Wajnberg, representante substituto da ABRASAT;
- 4- Fabio Franco Costa de Alencar, representante substituto da ABRASAT;
- 5- Luiz Henrique Barbosa da Silva, representante substituto da TELCOMP;
- 6- João Marcelo Azevedo Marques Mello da Silva, Superintendência de Controle de Obrigações – SCO;
- 7- Danielle Toscano e Hermida Jarjour, Gabinete do Conselheiro Artur Coimbra;
- 8- Karla Crosara Ikuma Rezende, Gabinete do Conselheiro Artur Coimbra;
- 9- Otto Fernandes Solino, Gabinete do Conselheiro Artur Coimbra;
- 10- Tiago Dias Sobrinho, Gabinete do Conselheiro Artur Coimbra;
- 11- Yroá Robledo Ferreira, Gabinete do Conselheiro Artur Coimbra;
- 12- Paulo Henrique Martins, Gerência de Universalização e Ampliação do Acesso – PRUV.

ASSUNTOS:

1. Abertura

O **Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP**, abriu a reunião, agradecendo a presença dos membros do Comitê e dos demais participantes.

Em seguida, ressaltou que foi necessário adiar a presente reunião, em virtude da realização do *Mobile World Congress* entre os dias 26 e 29 de fevereiro de 2024 em Barcelona. Ademais, destacou que nesse evento ficou evidente o grande interesse entre os reguladores, fabricantes e prestadoras de outros países em relação ao modelo brasileiro de proliferação de prestadoras de pequeno porte.

Um dos pontos de destaque no evento foi a discussão sobre *fair share/network fee*, atualmente chamado de uso racional e sustentável das redes de telecomunicações. Outro tema em evidência foi o *Open Gateway* (o Brasil é um dos mercados líderes nessa iniciativa), que permite que sejam criadas uma série de APIs a partir das redes móveis para que aplicações e desenvolvedores de aplicações possam utilizar elementos de redes controlados por APIs para prestar serviços especializados. Além disso, foi discutido o 6G e temas conexos como a faixa de 6 GHz, o IMT (*International Mobile Telecommunications*) e o Wi-Fi 7.

Em relação às pautas do Conselho Diretor da Anatel, mencionou a deliberação sobre homologação da renúncia da prestadora Winity à faixa de 700 MHz. Ressaltou que o Conselho Diretor continuará acompanhando os desdobramentos dessa renúncia, inclusive os pedidos de uso secundário da faixa.

Destacou que recentemente foram abertas Consultas Públicas sobre os seguintes temas: Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil - PDFF; Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações – PERT; Reavaliação das regras relacionadas à exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) em regime público; Revisão do Regulamento de Avaliação da Conformidade e de Homologação de Produtos. Ademais, salientou que as seguintes Consultas Públicas citadas na 16ª Reunião Ordinária ainda estavam abertas para o recebimento de contribuições: Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) e Regulamento de Uso do Espectro (RUE).

2. Apreciação das atas das reuniões anteriores

O **Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP** questionou os membros se eles gostariam de fazer observações ou correções em relação à minuta da ata da 16ª Reunião Ordinária, que foi previamente distribuída.

Não havendo correções, a Ata foi aprovada por unanimidade.

3. Apresentação, discussão e deliberação sobre os relatórios:

O **Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP** passou a palavra para as associações realizarem as apresentações sobre os temas de sua relatoria, a saber:

- a) [Regulação do ambiente digital - Relatoria: InternetSul](#);
- b) [Combate à pirataria - Relatoria: Associação Neo](#);
- c) [Destinação de espectro do IMT e em outras faixas para o Serviço Móvel Satélite "Direct-to-Device" - Relatoria: Abrasat](#);
- d) [WiFi 6E - Relatoria: Abranet](#).

Os relatórios completos das apresentações podem ser acessados nos links acima.

Finalizadas as apresentações, o **Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP** passou a palavra para que os demais membros fizessem comentários sobre os relatórios.

Luiz Henrique Barbosa da Silva (Telcomp) parabenizou os relatores pelas apresentações.

No tocante ao combate à pirataria, argumentou que ele deve ser realizado por todo mercado, pois a pirataria interfere na competição, dado que as prestadoras que não a combatem e não implementam as restrições acabam levando vantagem competitiva.

Em relação ao mercado de satélites, afirmou que é necessário ter uma atenção às questões concorrenciais para se evitar que sejam criadas barreiras concorrenciais. Ademais, salientou que a vantagem comercial deve ocorrer pela pesquisa e desenvolvimento e questões comerciais, já a criação de barreiras é inaceitável.

Sobre a regulação do ambiente digital, ponderou que a existência de um único órgão regulador para tal ambiente é desafiadora, uma vez que ele precisaria regular tudo, considerando a natureza abrangente do mundo digital. Reforçou que a Anatel é um órgão com conhecimento do mundo digital e possui competência técnica para regular diversos aspectos desse ambiente, alguns deles até se confundem com questões já reguladas pela agência no tocante aos serviços de telecomunicações.

Mencionou que há serviços que são muito similares ou mesmo substitutos quase-perfeitos dos serviços de telecomunicações, a exemplo do *Whatsapp*. Por essa razão, disse que a Anatel tem o poder-dever de regular alguns desses aspectos e já está promovendo consultas e atuando para obter elementos para definir o alcance de sua regulação. Em seguida, destacou sua preocupação com o tempo que seria necessário para que esse tema seja discutido pelo Congresso Nacional e sobre os prejuízos que esse atraso poderia causar à sociedade.

Em relação ao Wi-Fi 6E, disse que foi acertada a posição da Anatel de destinar a faixa de 6 GHz para essa tecnologia. O Wi-Fi tem uma grande relevância na prestação de serviços pelas PPPs brasileiras. Salientou que essa tecnologia tem um impacto ambiental positivo, pois reduz o uso de cabos.

Considerando que o seu mandato se encerraria em maio deste ano, agradeceu à Anatel pelo espaço dado no âmbito do CPPP para a discussão de temas relevantes para as PPPs.

Tomas Henrique Fuchs (Telcomp) destacou a importância de ser discutido o tema *Fair Share* no âmbito do CPPP e agradeceu à Anatel pelo espaço concedido no comitê para a discussão de temas relevantes para as PPPs.

Fabiano André Vergani (InternetSul) parabenizou a Associação Neo pela apresentação e disse que compartilha do mesmo posicionamento. Em relação ao grupo de trabalho da Anatel para o combate à pirataria, ressaltou a importância da realização de encontros e palestras com as associações das PPPs. A InternetSul tem participado de encontros virtuais a cada dois meses para tratar do tema, e já houve grandes avanços em conscientizar seus associados sobre a importância de realizar os bloqueios. Destacou que muitas de suas prestadoras associadas acabaram perdendo clientes devido a eles ficarem insatisfeitos com o bloqueio. Por essa razão, a InternetSul tem publicado informações sobre o tema em seu *website*, a fim de que seus associados possam utilizá-las como um facilitador. Diante disso, sugeriu que a Agência faça um trabalho de divulgação diretamente às PPPs, além do que já é feito junto às associações.

No tocante aos testes com a tecnologia *direct-to-device* mencionados na apresentação da Abrasat, questionou os representantes da Anatel sobre o andamento das discussões relativas à regulamentação do *sandbox* regulatório.

Em relação ao tema apresentado pela Abranet, disse que concorda com o que foi exposto.

Por fim, parabenizou a Abranet e Telcomp pelo trabalho realizado no âmbito do CPPP ao longo de seus mandatos, os quais estavam prestes a se encerrar.

O Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP respondeu que o tema *sandbox* regulatório está inserido na proposta do Regulamento de Simplificação dos Serviços, que atualmente está sob a relatoria do Conselheiro Alexandre Freire. Há uma previsão de que esse tema seja pautado na Reunião de maio deste ano do Conselho Diretor.

Rodrigo Schuch Wegmann da Silva (Associação Neo) parabenizou a Telcomp e a Abranet pelos trabalhos realizados no âmbito do CPPP ao longo de seus mandatos, os quais estavam prestes a se encerrar. Ademais manifestou apreço pela participação ativa das entidades brasileiras no *Mobile Word Congress* em Barcelona.

Na sequência, convidou os membros a participarem do evento de comemoração de 25 anos da Associação Neo em maio deste ano.

Em relação ao Wi-Fi 6E e 7, disse que é necessário ampliar as discussões e análises antes de ser tomada uma decisão sobre o tema. Dentre os pontos que precisam ser aprofundados, citou a necessidade de se estudar as consequências de se alocar parte do espectro de 6 GHz para o serviço móvel.

No tocante à regulação do ambiente digital, parabenizou a InternetSul pela apresentação e disse que concordava com Luiz Henrique (Telcomp) de que

a Anatel é uma agência técnica e competente para ser um dos órgãos a liderar outras instituições na regulação desse ambiente.

Sobre a apresentação da Abrasat, ressaltou que, nos últimos anos, houve um grande avanço nas discussões sobre o aproveitamento dos satélites, não apenas para o acesso à TV, mas principalmente para conectar pessoas, considerando que há muitos lugares em que há dificuldades de se implantar redes cabeadas.

Sergio Mauro da Silva Maia (Abrasat) agradeceu a oportunidade de ser um dos relatores da presente reunião e parabenizou os demais membros pelas apresentações.

Ressaltou que o combate à pirataria é de grande interesse da Abrasat, dado que ela também representa fabricantes de equipamentos e elogiou a atuação da Agência nesse tema.

Mauro Wajnberg (Abrasat) destacou a importância do Wi-Fi em conjunto com o satélite na inclusão digital, citando como exemplo a Telebrás que possui o programa Wi-Fi Brasil para conectar as comunidades isoladas.

Mencionou que o satélite está propiciando a migração das antenas parabólicas de TV da banda C para a banda KU. Parte dessa migração é feita pela EAF (Entidade Administradora da Faixa de 3,5 GHz) para os usuários de baixa renda, e a outra parte pela atividade comercial. Essa migração foi bem-sucedida, resultando em mais de 6 milhões de novos usuários beneficiados por esse serviço gratuito via satélite.

Na sequência, informou aos demais membros sobre a realização do congresso “Satellite 2024” entre os dias 18 e 21 de março em Washington.

Edmundo Antônio Matarazzo (Abranet) parabenizou os demais relatores pelas apresentações feitas nesta reunião.

No tocante à regulação de plataformas digitais, enfatizou que não é possível imaginar a extinção da regulação dos serviços de telecomunicações. Isso se deve ao fato de que esse é um tema que necessita ser regulado, além de possuir uma lei própria e uma agência muito bem estruturada.

Destacou que apesar de as plataformas digitais trazerem grandes avanços para a sociedade, a infraestrutura é criada e mantida pelas empresas de telecomunicações. Há três elementos fundamentais que são geridos pela Anatel: os recursos escassos (radiofrequências e numeração), a regulamentação dos serviços e a regulamentação das redes. É importante que seja analisada a forma como esses elementos se encaixam num ambiente em que há diferentes plataformas digitais e diferentes modelos de negócios, para que esse ambiente seja mantido e preservado.

Ainda sobre esse tema, afirmou que nem sempre é possível que a legislação preceda à regulação, pois é inviável legislar ou regulamentar tudo. É importante que seja debatido o papel que os órgãos já consolidados (especialmente Anatel e ANPD) exercerão no ambiente digital.

Sobre o combate à pirataria, ressaltou que as grandes operadoras não têm interesse e as PPPs não têm recursos para realizar campanhas para conscientizar os usuários de que o bloqueio não é culpa das prestadoras, mas sim decorrente de uma irregularidade cometida por eles mesmos. Ademais, citou que os usuários registram inúmeras reclamações contra as PPPs devido aos

bloqueios. Ponderou que é necessário pensar em uma forma mais eficaz de divulgar aos usuários que determinados canais e serviços estão bloqueados por serem clandestinos.

Quanto aos satélites, destacou a importância dessa tecnologia devido às dimensões continentais do Brasil. É necessário que haja mais discussões sobre a integração das redes Wi-Fi por meio dos satélites, não só para a conexão à internet, mas também para os ambientes de automação e ambientes de serviços.

Sugeriu que sejam discutidas, no âmbito do CPPP, melhorias no projeto de conexão via satélite de escolas e de comunidades carentes do país.

Parabenizou a Telcomp pelos trabalhos realizados no âmbito do CPPP ao longo de seu mandato e aproveitou a oportunidade para sugerir que seja ampliado o número de vagas das associações no comitê, para permitir uma maior continuidade das atividades.

O Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP disse que considerava uma boa iniciativa a aproximação do CPPP com os trabalhos realizados pelo GAPE (Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas). Mencionou que, recentemente o Conselho Diretor aprovou a expansão dos trabalhos do grupo: o piloto contou com cerca de 170 escolas e nessa nova fase serão atendidas mais de 5.000 escolas. Diante disso, disse que seria comunicado ao Conselheiro Vicente Aquino o interesse das associações do CPPP em contribuir com aquele grupo.

Cristiana Camarate Silveira Martins Leão Quinalia (SRC) disse que, embora a discussão sobre a regulação de plataformas digitais seja muito ampla, a Anatel já iniciou discussões sobre o tema, a partir da Tomada de Subsídios do Regulamento de Deveres dos Usuário, a qual receberá contribuições até o dia 15 de abril deste ano. Essa Tomada de Subsídios possui um escopo muito mais abrangente que apenas a regulação de plataformas digitais em sentido estrito, pois ela trata do ambiente digital e dos deveres dos grandes usuários. Ressaltou a importância das PPPs e de suas associações realizarem contribuições.

Vinicius Oliveira Caram Guimarães (SOR) parabenizou as associações pelos trabalhos realizados, tanto no âmbito do CPPP quanto em outras esferas.

Mencionou que em breve seria aprovado pelo Conselho Diretor um plano de combate à pirataria, elaborado pela Superintendência de Fiscalização em parceria com a SOR. Nele, consta a criação de um novo selo de fiscalização das remessas em Valinhos/SP, bem como um acordo com os Correios para validação de produtos e evitar que aqueles que estejam fora das especificações técnicas sejam destruídos, em vez de serem leiloados. Ademais, citou o laboratório antipirataria, especializado na análise de equipamentos TV *boxes*. Além disso, estão em andamento providências junto à Receita Federal e ao Siscomex (Sistema Integrado de Comércio Exterior). Na sequência, agradeceu a atuação do Conselheiro Artur neste tema.

Sobre o Wi-Fi 6E e 7, disse que a Agência está promovendo estudos e dialogando com o setor, inclusive estão sendo feitos testes em laboratórios para verificar as relações de convivência da faixa de frequência entre o Wi-Fi e o IMT em ambientes *indoor*, bem como aprimorar os requisitos técnicos para especificação dos equipamentos *access point* em ambientes *outdoor*. Nesse sentido, mencionou que, por enquanto, os Estados Unidos ainda não definiram

os requisitos técnicos para esses equipamentos em ambientes outdoor, o que acaba atrasando o processo, pois é necessário que haja uma harmonização global dos requisitos, a fim de se evitar que os equipamentos funcionem apenas no Brasil. Destacou que quando esses requisitos estiverem próximos de serem levados para Consulta Pública, as associações poderiam contribuir ao custear protótipos, equipamentos e pesquisas em laboratórios.

Afirmou que no *Mobile World Congress* um dos destaques foi o crescimento do setor satelital, inclusive o tema “*direct-to-device*” teve uma ampla repercussão no evento. Por fim, disse que assim que o *sandbox* regulatório for aprovado, é esperado que os testes se iniciem o mais breve possível.

4. Definição dos temas e do cronograma das próximas reuniões do CPPP

O Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP sugeriu que a próxima reunião do Comitê ocorra em 23 de maio de 2024 e propôs que nesse encontro sejam discutidos os seguintes temas provenientes da lista sugerida pelas associações:

- MVNO;
- Escolas Conectadas;
- Redes Neutras.

Sergio Mauro da Silva Maia (Abrasat) se prontificou a ser o relator do tema “Escolas Conectadas”.

Fabiano André Vergani (InternetSul) se colocou à disposição para relatar os temas “MVNO” e “Redes Neutras”.

Não houve manifestações de desacordo em relação à data proposta e aos temas escolhidos.

5. Encerramento.

Não havendo mais manifestações, **o Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP** agradeceu a participação dos membros e disse que as manifestações feitas nessa reunião se mostraram muito importantes e profundas e que elas serão levadas ao conhecimento do Conselho Diretor da Anatel. Ademais, reforçou a importância das PPPs e associações contribuírem com as Consultas Públicas citadas no início da reunião.

Na sequência, agradeceu a Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) pelo trabalho de Secretariado neste Comitê. Além disso, solicitou que ela adote as medidas necessárias para o estreitamento de relações entre o CPPP e o GAPE.

Por fim, agradeceu a Telcomp e Abranet pelos trabalhos realizados ao longo de seus mandatos.

A reunião foi então encerrada pelo Presidente do CPPP.